

A stylized profile of a human head facing left, filled with horizontal bands of rainbow colors: red, orange, yellow, green, and blue. The head is set against a teal background with white geometric lines forming a large 'V' shape.

Homocultura e as Novas Formas de Ler a Sociedade

Christopher Smith Bignardi Neves
(Organizador)



Homocultura e as Novas Formas de Ler a Sociedade

Christopher Smith Bignardi Neves
(Organizador)

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H768	Homocultura e as novas formas de ler a sociedade [recurso eletrônico] / Organizador Christopher Smith Bignardi Neves. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-744-4 DOI 10.22533/at.ed.444190611 1. Homocultura. 2. Homossexualidade – Aspectos sociais. I. Neves, Christopher Smith Bignardi. CDD 306.76
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Ilustre leitor e leitora, essa obra que vos apresento é uma construção coletiva, feita por várias mentes brilhantes que se dedicaram para produzir esses textos que reflete parte de seus conhecimentos. O resultado é um livro transdisciplinar, elabora por especialistas sensíveis a temática, esse volume engloba as áreas da educação, da saúde e do direito.

O termo Homocultura, aborda mais do que diversidade cultural e sexual, associa o discurso teórico e político a uma consciência histórica. As investigações sobre a Homocultura, foram intensificadas no Brasil no início do terceiro milênio, estimuladas pelas discussões proporcionadas por Mário César Lugarinho e José Carlos Barcellos. A Homocultura proporciona novos comportamentos sociais, intervenções e ações, que refletem em discussões, tais como: os direitos homoafetivos; a homoparentalidade, as identidades homoeróticas; a relação etnia-sexualidade, entre outras possibilidades.

Coube a mim o desafio de compilar esta obra que, estabelecerá certamente um diálogo com a sociedade. Esse livro além do fator teórico, apresenta um fator político, uma vez que os pesquisadores abordam temas relacionado as sexualidade, gêneros, machismos e etnias, constituídos socialmente como um tabu. Os esforços destes vinte e cinco pesquisadores, refletem um exercício de alteridade, posicionam-se no lugar outro, para nos apresentar novas perspectivas de análise.

Para diminuir algumas limitações teórico-metodológicas as contribuições dos autores e das autoras estão agrupadas em seções, de modo que a primeira seção abordará ensaios teóricos que fornecem embasamentos para a compreensão do tema Homocultura, permeando pelas Ciências Sociais, pela Psicologia e pelo Direito; a seção seguinte apresenta estudos empíricos, agrupados pelas áreas da Saúde, das Ciências Sociais, do Direito, e da Educação, que foram desenvolvidos na região sudeste, norte e nordeste do país.

Iniciamos o livro com o estudo bibliográfico realizado por *Vinicius Santos* (Capítulo 1) nos faz refletir sobre a constituição de uma Esfera Pública LGBT, para tanto o autor faz uma digressão acerca da democracia deliberativa apoiando-se em dezenas de teóricos das Ciências Sociais. O estudo bibliométrico de *Juliana Costa* e *Elaine Fernandez* (Capítulo 2), que direciona a pesquisa para a relação lesbianidades e prostituição sexual, as autoras encontraram no portal Capes, três teses e quatro dissertações defendidas entre os anos de 2003 e 2012, o que possibilita discorrer sobre a pouca produção científica existente. *Paola Cantarini* (Capítulo 3) contribui ao discorrer sobre o Estado Democrático de Direito, a autora relaciona a arte e o direito a partir do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, seu artigo aborda um direito democrático e transgressor. A mesma autora (Capítulo 4) expõe a necessidade do resgate de um vínculo transcendental das instâncias sociais, onde o Direito aplica novas interpretações da sociedade, adotando os princípios da proporcionalidade, de modo interdisciplinar agregando os saberes do Direito, da Filosofia e da Arte.

Abordando as mulheres encarceradas *Yohana Monteiro* (Capítulo 5) tece um breve panorama sobre a realidade dos presídios, ponderando que estes espaços de dominação sob a égide do panóptico, vigia e estigmatiza cada vez mais a mulheres negras e pobres.

A segunda seção desta obra apresenta tênues subdivisões. As abordagens da Saúde iniciam-se no estudo de *Rosângela Vera* (Capítulo 6), que inclui as lentes das Ciências Sociais para apresentar os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres residentes em uma comunidade quilombola, localizada no interior do Maranhão, que sofrem com a ausência de políticas públicas de saúde. *Severino Leão, Elzomar Freire e Karoline Dias* (Capítulo 7) identificam que a cultura machista reflete na falta de cuidado com a saúde masculina, identificam que perdura entre os homens o preconceito relacionado ao exame do toque retal, e, através de uma campanha educativa incentivaram centenas de pacientes a realizar o procedimento para identificar a neoplasia. Através da 12ª Jornada Nordestina de Cidadania Plena LGBT, ocorrida em Picos (PI), *Glauber Macedo, Martha Sousa, José Sobreira e Paulo Souza Junior* (Capítulo 8), tecem reflexões que abordam temas relacionados aos processos decoloniais e política públicas para a população LGBT e em especial à saúde de pessoas Trans. Por meio do mesmo evento. Sob a ótica do Direito e das Ciências Sociais, *José Moraes, Geane Borges, Samuel Hora e Wendy Moraes* (Capítulo 9) produzem um diálogo com o leitor, e também, com quatro entrevistados que participaram do referido evento.

A última seção retrata os artigos sobre a educação, neste espectro Máira Sarmanho e Roosyelma Santos (Capítulo 10) desenvolvem pesquisa acerca de gênero e sexualidade nas percepções dos professores e estudantes de uma escola pública de Bélem (PR). *Luiz Luz e Ana Rufino* (Capítulo 11) entendem a dificuldade em discutir no ambiente escolar as questões de gênero e sexualidade, buscam em teóricos queer uma explanação para que se efetive essa prática na educação infantil. As reflexões de *André Barbosa, Angela Venturini e José Freitas* (Capítulo 12) visam contribuir para criação de um pensamento descolonizado, por se enquadrar numa Instituição de Ensino Superior, os autores refletem sobre sua identidade, formação e local de fala. Encerrando o livro, encontra-se o artigo de *Fernanda Webering e André Barbosa* (Capítulo 13), inquerem treze pró-reitores de uma universidade federal a respeito de cultura, política e prática de inclusão, constatando a invisibilidade das pessoas trans no meio acadêmico.

Pensar e repensar conceitos e pré-conceitos pode ser viabilizado por meio desta obra, que anseio contribui para que vocês, leitores e leitoras, possam utilizá-las em suas atribuições sobre cultura e modos de coligir o mundo.

Christopher Smith Bignardi Neves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POR UMA ESFERA PÚBLICA LGBT: DE J.HABERMAS A NANCY FRASER	
Vinícius Barriga dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4441906111	
CAPÍTULO 2	12
LESBIANIDADES E PROFISSIONAIS DO SEXO: DIALOGANDO SOBRE RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS E TRABALHO	
Juliana Mazza Batista Costa	
Elaine Magalhães Costa Fernandez	
DOI 10.22533/at.ed.4441906112	
CAPÍTULO 3	25
A ARTE E AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL - A LUTA POR UM DIREITO EMANCIPATÓRIO E TRANSGRESSOR	
Paola Cantarini Guerra	
DOI 10.22533/at.ed.4441906113	
CAPÍTULO 4	36
MANIFESTAÇÃO DA RELIGIOSIDADE NO DIREITO E NA FILOSOFIA – PERSPECTIVA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Paola Cantarini	
DOI 10.22533/at.ed.4441906114	
CAPÍTULO 5	52
GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE: A DISCUSSÃO SOBRE AS MULHERES PRESIDARIAS DO INSTITUTO PENAL FEMININO (IPF)	
Yohana Tôrres Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.4441906115	
CAPÍTULO 6	59
ANÁLISE INTERSECCIONAL DAS EXPERIÊNCIAS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE MULHERES DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO INTERIOR MARANHENSE	
Rosângela de Sousa Veras	
DOI 10.22533/at.ed.4441906116	
CAPÍTULO 7	68
O DIA D DOS HOMENS A NÃO ADESÃO AO TOQUE RETAL E PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA E A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO	
Severino Francisco de Souza Leão	
Elzomar Mendonça Freire	
Karoline Mirapalheta Dias	
DOI 10.22533/at.ed.4441906117	

CAPÍTULO 8	76
POPULAÇÃO LGBT E O DIREITO À SAÚDE: ESTRATÉGIAS DECOLONIAIS DA MILITÂNCIA TRANS JUNTO À PREVENÇÃO COMBINADA DAS IST/HIV/AIDS E DESIGUALDADES NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA 12ª JORNADA LGBT DE PICOS-PI	
Glauber Bezerra Macedo	
Martha Virna de Sousa	
José Thiago Bezerra Sobreira	
Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
DOI 10.22533/at.ed.4441906118	
CAPÍTULO 9	88
O SONHO DA COR DO ARCO-ÍRIS E A HOMOFOBIA NO CAMINHO DE VIDAS	
José Borges de Moraes	
Geane Maria de Alencar Arrais Borges	
Samuel do Nascimento Hora	
Wendy Gonçalves Borges de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.4441906119	
CAPÍTULO 10	117
DISCUTINDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO FORMAL: TECENDO CAMINHOS PARA O RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL	
Máira Bianca Sodré da Silva Sarmanho	
Roosyelma Priscilla Neves dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44419061110	
CAPÍTULO 11	128
DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO: AS DIVERSAS PRODUÇÕES COTIDIANAS DE PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA TRABALHAR AS QUESTÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA ESCOLA	
Luiz Otavio Ferreira da Luz	
Ana Daniela dos Santos Rufino	
DOI 10.22533/at.ed.44419061111	
CAPÍTULO 12	141
A DINÂMICA INCLUSÃO/EXCLUSÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO E O PENSAMENTO DESCOLONIZADO	
André Luiz dos Santos Barbosa	
Angela Maria Venturini	
José Guilherme de Oliveira Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.44419061112	
CAPÍTULO 13	148
POLÍTICAS INTERNAS DA UFRJ PARA COMBATER O PRECONCEITO COM AS PESSOAS TRANS	
Fernanda Iglesias Webering	
André Luiz dos Santos Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.44419061113	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	153
ÍNDICE REMISSIVO	154

ANÁLISE INTERSECCIONAL DAS EXPERIÊNCIAS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE MULHERES DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO INTERIOR MARANHENSE

Rosângela de Sousa Veras

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Araraquara – São Paulo

Instituto Federal do Maranhão

São Luís – Maranhão

RESUMO: O artigo apresenta as discussões preliminares da pesquisa do doutorado em Ciências Sociais, focaliza a saúde sexual e reprodutiva das mulheres negras rurais pertencentes às comunidades remanescentes de quilombos no interior do Estado do Maranhão. O direito à saúde da mulher já é garantido por lei e por políticas públicas, contudo a garantia da lei não é em si condição de acesso, visto que as comunidades pesquisadas reclamam da dificuldade de acesso a esses direitos. Portanto, ao apresentar as especificidades sexuais e reprodutivas desses grupos de mulheres quer destacar que elas são marcadas por três definidores de desigualdades sociais: o gênero (mulher), a classe (trabalhadora rural) e a etnia (mulheres quilombolas) e que para ampliar a atenção a saúde não se pode desconsiderar conjuntamente essas desigualdades que são fruto do escravismo colonial e da estrutura social decorrente. Compreende tais desigualdades, de maneira entrelaçada, por meio da ferramenta

analítica interseccionalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Interseccionalidade, Mulheres Negras, Saúde Sexual e Reprodutiva.

INTERSECTIONAL ANALYSIS OF SEXUAL AND REPRODUCTIVE HEALTH EXPERIENCES OF WOMEN BELONGING TO THE KILOMBOS COMMUNITIES IN THE INTERIOR OF MARANHÃO

ABSTRACT: The article presents the preliminary discussions of the doctoral research in Social Sciences, focuses on the sexual and reproductive health of rural black women belonging to the quilombos communities in the interior of the state of Maranhão. The right to health the woman is guaranteed by law and public policy, however the guarantee of the law is not in itself a condition of access, since the surveyed communities complain about the difficulty of access to these rights. Therefore, in presenting the sexual and reproductive specificities of these groups of women want to point out that they are marked by three definers of social inequalities: gender (woman), class (rural worker) and ethnicity (quilombola women) and that to broaden health care these inequalities that are the result of colonial slavery and the resulting social structure cannot be disregarded

together. Understands such inequalities through the intersectionality analytical tool.

KEYWORDS: Intersectionality, Black Women, Sexual and Reproductive Health.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta as discussões preliminares da investigação qualitativa que tem como foco de análise as práticas e representações de saúde sexual e reprodutiva de mulheres negra rurais pertencente às comunidades denominadas remanescente de quilombos no município de Peritoró, no interior maranhense.

O levantamento dos dados empíricos está ocorrendo por meio da relação dialógica entre a pesquisadora e essas mulheres, através de conversas de aproximação e do estabelecimento de grupos focais onde elas discutem questões da sua sexualidade e reprodução.

O interesse nas condições específicas dessas mulheres busca, por meio da ferramenta interseccional, capturar a dinâmica da interação dos eixos das desigualdades de gênero, etnia e classe que as marcam e suas consequências. Assim, o estudo almeja contribuir como uma análise crítica que considera relevante para qualquer política pública que deva ampliar o direito à atenção das mulheres.

Além das desigualdades de gênero, levantar discussões de questões relativas à classe e raça/etnia é contribuir para se alcançar a equidade social

Portanto, a crítica se fundamenta no aporte teórico dos estudos do feminismo negro, nos estudos interseccionais e nos estudos descoloniais que buscam desessencializar tanto as diferenças como os discursos universalizantes dos direitos sexuais e reprodutivos.

2 | PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE MULHERES NEGRAS SEUS MODOS, DESIGALDADE ESTRURUAIS

As mulheres sujeitos desta pesquisa residem no município de Peritoró que fica cerca de 234 quilômetros de distância da capital do Estado do Maranhão, este município atualmente tem uma população estima pelo IBGE (2019) de 23.025 habitantes. A maioria da população municipal vive no meio rural e segundo informou a Secretaria Municipal de igualdade racial possui 12 comunidades remanescente de quilombo.

São comunidades ligadas à sua história de ancestralidade, relatam que são descendentes de escravos e por isso se autodefinem como *Comunidades Remanescente de Quilombo*.

As *Comunidades Remanescente de Quilombo*, ou simplesmente *Quilombola* são categorias analíticas que ganharam força jurídica com a Constituição federal de 1988 em seu artigo 68 das Disposições Transitórias, antigamente seus territórios

eram chamados de *terras de pretos*.

Seus modos de vida, juntamente com seus familiares, são principalmente ligados ao trabalho e sobrevivência da produção agrícola tradicional, na região conhecida como a roça de toco. Comumente produzem o arroz, feijão, milho, mandioca e plantam algumas hortaliças como maxixe, quiabo, vinagreira, cheiro-verde, pimenta e da extração do coco babaçu da palmeira nativa da região. Do coco babaçu elas extraem: a amêndoa e com ela fazem o óleo de coco, com a casca fazem o carvão vegetal que serve para cozinhar e do mesocarpo (que é uma massa que fica entre a casca e a amêndoa do coco) elas fazem uma farinha que serve para a alimentação das crianças. Tudo o que produzem é apenas para subsistência de suas famílias, elas não comercializam o fruto de sua produção.

A pesquisa de campo está sendo realizada junto a duas comunidades quilombolas, as quais possuem em torno de 80 famílias que estão distantes 22 km da sede do município.

Devido à distância do centro urbano, elas relatam dificuldade de transporte e de acesso à saúde pública. Diante desse quadro, o estudo tem foco nas questões sociais que envolvem a saúde sexual e reprodutiva dessas mulheres de modo a ultrapassa as teorizações sobre a saúde da mulher centradas apenas no aspecto biológico e na anatomia do corpo da fêmea, por isso não reduz a mulher a sua condição biológica e parte do pressuposto de que as representações do corpo, da saúde e do que é ser mulher é fruto de construções histórico-sociais que variam no tempo e de cultura para cultura.

Por este motivo a categoria analítica *gênero* é um instrumento imprescindível para esta análise que utiliza o conceito de *gênero* formulado por Joan Scott (2014), o qual entende *gênero* como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos.

Neste sentido, a análise de *gênero* é uma maneira de compreender as relações sociais a partir das concepções, representações e práticas desenvolvidas entre as pessoas, sobretudo como se constroem as relações entre elas, sejam elas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, de idade, classe social, cor e raças iguais ou diferentes.

Da mesma forma que o gênero as percepções sobre o corpo, a sexualidade, a reprodução e a saúde são aqui entendidos como construções socioculturais.

Preliminarmente o levantamento dos dados empíricos apresentam que a sexualidade e a reprodução são vivenciadas de maneira peculiar e marcadas por muitas carências socioeconômicas, por exemplo, as mulheres residentes no município de Peritoró, além das dificuldades econômicas, têm muitas dificuldades de acesso à saúde pública. No caso das que residem nas comunidades quilombolas, a política pública de saúde mais acessível é o *Programa Saúde da Família* que disponibiliza apenas uma agente de saúde para atender, em média, 130 famílias. Caso estas mulheres precisam fazer um pré-natal têm que se deslocar, por volta de 23 km, até a unidade básica de atenção primária mais próxima; caso elas necessitem de um

parto na rede hospitalar somente encontrarão maternidade nos municípios vizinhos distantes mais de 30 km, pois no Hospital Geral de Peritoró não há a especialidade de obstetrícia.

Muitas dessas mulheres relatam que nunca fizeram o exame papanciolau, outras fizeram, mas não receberam o resultado do exame e com relação ao pré-natal relatam que este é feito na Unidade Básica de Saúde, mas não tiveram acesso a exames com o ultrassom. Também relatam a dificuldade de acesso a exames que ajudam na prevenção do câncer de mama.

Ao destacar estes casos, a pesquisa quer dar ênfase a outras vivências e práticas de saúde reprodutiva ainda não contempladas por direitos e políticas públicas efetivas de saúde sexual e reprodutiva já estabelecidos no plano universal dos direitos.

Falar de saúde sexual e reprodutiva é falar do exercício de direitos fruto de reivindicações dos movimentos de mulheres, muitos desses direitos já foram contemplados nas legislações e políticas de estado. Contudo, o estudo questiona: estes direitos foram conquistados por quais e para quais mulheres?

Antes de apontar respostas para a questão cabe apontar que no campo teórico, conforme Ávila (2003), os direitos sexuais tratam da igualdade e liberdade no exercício da sexualidade e os direitos reprodutivos dizem respeito à igualdade e à liberdade na esfera da vida reprodutiva. Além das liberdades individuais, também compõem esses direitos o acesso às políticas públicas de prevenção e à assistência à gravidez na adolescência, ao pré-natal, ao parto, ao puerpério, à interrupção voluntária da gravidez, menopausa, prevenção ao câncer de mama e do colo de útero, IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis), AIDS (Síndrome da Imodeficiência Adquirida), contracepção, dentre outros direitos.

Durante a IV Conferência das Nações Unidas sobre Mulher, em Pequim no ano de 1995, além dos direitos sexuais e reprodutivos serem definidos como direitos humanos, definiu-se uma plataforma de ação para que as mulheres pudessem exercer plenamente seus direitos e alcançar seu desenvolvimento integral como pessoas.

O Brasil signatário da ONU, definiu algumas políticas públicas de atenção à saúde da mulher com vistas a contemplar os direitos sexuais e reprodutivos. Em 1984, o Ministério da Saúde elaborou o *Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher* (PAISM) e em 2004, foi definida a *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher* (PNAISM). Também foi definido como estratégia política a *Rede Cegonha* em 2011, a qual visa implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério (conhecido no senso comum como resguardo).

Passados 24 anos da instituição da plataforma de ação e da definição de algumas políticas públicas de atenção à saúde das mulheres no país, questiona-se quem de fato tem igualdade e liberdade no exercício da sexualidade e reprodução?

E para quem estes direitos e políticas foram efetivados?

A pesquisa de campo mostra que a garantia desses direitos ainda encontra desafios e entraves na sua efetivação. Um dos maiores desafios da garantia universal é justamente contemplar, a contento, as particularidades culturais e regionais das mulheres brasileiras.

Dessa forma, essa discussão contribui para o entendimento de que a saúde e a reprodução humana também são influenciadas por aspectos sociais, científicos, econômicos e por desigualdades estruturais. Isso deveria ser considerado pelo Estado ao tratar da garantia de direitos, de políticas públicas de saúde para ampliar a cidadania.

Segundo Minella (2005), as discussões sobre as garantias da liberdade do indivíduo decidir livremente sobre sua sexualidade e reprodução contribuem com uma definição mais ampla e apurada de saúde sexual e reprodutiva que, transcende um modelo de assistência à saúde centrada no ponto de vista biomédico, para uma definição que adere a liberdade e a dignidade da pessoa humana no campo do comportamento sexual e reprodutivo.

Entretanto, para Scavone (2004), o conceito de direito e saúde sexual-reprodutiva são teóricos e utópicos. As características reprodutivas (aborto, pré-natal, parto, câncer de mama e de colo do útero, infecções sexualmente transmissíveis e AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, gravidez na adolescência, programas de planejamento reprodutivo entre outros aspectos) são abordadas como problemas universais de gênero e não levam em considerações as pluralidades e contradições socioculturais.

A linguagem liberal dos direitos sexuais e reprodutivos foi formulada, em geral, por mulheres de classes médias para contrapor às concepções conservadoras de subordinação do corpo e da sexualidade das mulheres, tem na sua base a reivindicação do livre exercício do corpo, entendido como uma propriedade individual.

O enfoque na dimensão liberal muitas vezes deixa de lado o debate da necessidade de ampliar a dimensão social desses direitos e desperta para as indagações: se todas as mulheres têm a percepção e a reivindicação do corpo como uma propriedade individual? Se todas as mulheres têm a compreensão de que têm direitos de liberdade sobre seu corpo, sexualidade e reprodução? E quais são as mulheres que têm dificuldade de acesso aos meios e instrumentos produzidos pela modernidade para o controle da sexualidade e reprodução?

O estudo aponta que a pretensa universalidade entra em contradição diante do caso específico, como os das mulheres negras rurais maranhenses que relatam inúmeras dificuldades de acesso a estes direitos.

Se considerarmos conjuntamente também suas desigualdades econômicas, étnicas e regionais, essas mulheres podem às vezes vivenciar discriminações e negação de direitos de uma maneira diferenciada das mulheres de outra classe, das mulheres brancas e dos homens brancos e negros.

Às vezes é preciso focalizar as várias formas de diferenças e desigualdades sofridas por um grupo em nome de uma maior inclusão. Por isso, o artigo faz uso da ferramenta analítica *interseccionalidade* a qual ajuda na discussão da forma pela qual as desigualdades de gênero, raça/etnia e classe podem se entrecruzar e marcar a vida de um determinado grupo de pessoas.

Entendida como a análise que considera de maneira articulada as opressões de classe, etnia e gênero, a análise interseccional, assume o desafio de pensar como cada grupo existe/sobrevive a partir do seu lugar social?

Destarte, considera que sobre determinados grupos, mais do que outros, incide uma inter-relação de opressões dentro da matriz de dominação, fato que coloca determinados grupos em situação mais vulneráveis que outros.

A partir dessa ferramenta, problematiza qual é o lugar social das mulheres negras trabalhadoras em sociedades de tradição patriarcal e escravocrata. Pensar isto, é também considerar as desigualdades produzidas neste contexto e como elas pensam sobre os sujeitos dentro desta dinâmica. Por isso, cabe destacar que a experiência social da mulher negra não foi análoga a da mulher branca.

Kimberlé Crenshaw, no ano de 1989, usou o termo interseccionalidade pela primeira vez para denotar as experiências de emprego das mulheres negras norte americanas. Ela conceituou a localização das mulheres negras no cruzamento da raça e gênero e chamou isto de *estrutura interseccional*. Dentro desta localização específica, argumenta que, as mulheres negras experimentam o sexismo de maneira diferente daquela experimentada pelas mulheres brancas e experimentam o racismo de maneira diferente dos homens negros.

Ao citar este exemplo, a autora sugere que a análise interseccional não é uma simples adição de opressões, porque Crenshaw (2019) argumenta que a experiência das mulheres negras é maior que a soma do racismo e do sexismo, de modo que o processo interseccional dentro desta localização não pode ser simplesmente entendido através da soma dos efeitos individuais do sexismo e do racismo. Racismo e sexismo somados incidem mais sobre umas pessoas que outras, contudo não é apenas uma experiência individual, mas do grupo ao qual o indivíduo pertence.

Conforme argumenta Brah (2016), a experiência é o lugar de formação do sujeito e o sujeito é constituído mediante experiências que se dão em contextos de múltiplas relações.

Diante do exposto, a análise interseccional argumenta que o lugar social que certos grupos ocupam definem suas restrições de oportunidades, mas não se desliga do fato de que grupos específicos estão localizados a partir de uma matriz maior de dominação. Portanto, a localização social torna-se importante para o melhor conhecimento das desigualdades.

Na sociedade brasileira, que oficialmente acabou com mais de 300 anos de escravidão apenas há 130 anos, analisar práticas sexuais e reprodutivas de grupos mulheres negras que estão em situação menos privilegiada que o grupo de mulheres

brancas é, também, considerar que o seu corpo ainda é marcado pelos ranços da escravidão que o considerava resistente, erotizado e propício a procriação.

Como indício desse pensamento, o relato de uma senhora da comunidade estudada, hoje com mais de 60 anos, é significativo, pois ao falar das suas gestações, ela destacou que gerou mais de 12 filhos e a médica lhe disse que ela foi feita para gerar ainda mais. Portanto, é possível perceber, por parte da médica, uma interpretação racista do corpo da mulher negra.

As teóricas do feminismo negro argumentam que, a violação colonial praticada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas, e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções da identidade nacional e na fundamentação do mito da democracia racial, concepções difíceis de serem percebidas criticamente e que escondem discriminações.

Diante do caso apresentado, o estudo intui que apenas a institucionalização dos direitos sexuais e reprodutivos e considera-los como uma ampliação dos direitos humanos, não é suficiente para dar conta da complexidade cultural e das vidas das pessoas que os requerem, principalmente as residentes nos países considerados periféricos ou emergentes onde as discriminações e as políticas públicas de acesso ainda é restrita, não conseguem abranger a pluralidade e a diversidade das vivências das mulheres.

Como já foi apontado, a análise interseccional de mulheres negras trabalhadoras rurais destaca seus marcadores sociais: gênero, etnia, classe, regionalidade e compreende que essas variáveis não podem desconsideradas e nem ser analisadas isoladamente.

No tocante a isto Avtar Brah aponta que,

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes” [...] Diferença nesse sentido é uma diferença de condições sociais (BRAH, 2016, p.341).

A citação ajuda na compreensão de que a experiência do ser mulher não é única e sim social e historicamente localizada. De acordo com a localização social cada grupo de mulheres vai experienciar o gênero de maneira diferente.

Neste sentido que os estudos interseccionais contribuem para nova orientação epistêmica, haja vista que buscam superar o discurso autorizado e único que se pretende universal, evitando a produção de novos essencialismo sobre as questões apontadas. Como argumenta Akotirene (2018), a interseccionalidade exige orientação geopolítica porque prega a descolonização epistêmica criticando o monoculturalismo do saber.

É nesse sentido que ao descrever situações de saúde sexual e reprodutiva

de grupos específicos de mulheres negras rurais o estudo pretende contribuir para desessencializar a pretensão universal das análises e dos direitos no campo da sexualidade e reprodução.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que a forma predominante de pensar e agir sobre a saúde foi construída tendo como referência um ser humano associado a uma posição-padrão abstrata e definidora da normalidade. Este ser humano durante muito tempo não foi pensado a partir de sua localização de classe, de sua raça/etnia, de seu gênero e sua sexualidade, ele era pensado fora da sua complexidade subjetiva e sociocultural.

O estudo acredita que uma análise interseccional da sexualidade e reprodução de um grupo menos privilegiado de mulheres ajuda a questionar, além das desigualdades sociais, as epistemologias já instituídas sobre saúde sexual e reprodutiva.

Ao questionar epistemologias dominantes, ajuda na reorientação e a ampliação de direitos e políticas públicas.

O exercício dos direitos sexuais e reprodutivos têm que compor uma agenda de reparação social que reduza ou supere as desigualdades sociais. Superar desigualdades é fazer justiça social junto às necessidades singulares com vistas a proporcionar políticas focadas a grupos específicos e mais vulneráveis e assim, ampliar a cidadania

Com o exposto, este artigo pretendeu reforçar o pressuposto de que os direitos e as políticas públicas de sexualidade e reprodução só podem ser considerados garantias universais e da *dignidade da pessoa humana* se considerarem e atenderem adequadamente as particularidades e as múltiplas experiências do ser mulher para a superação das fronteiras de suas desigualdades.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. Modernidade e cidadania reprodutiva. **CFEMEA**, Brasília (CF), 1994. p.9-25.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em: 04 de janeiro de 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/peritorio/panorama>>. Acesso em 20/01/2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. Disponível em: <<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>>. Acesso em 22/01/2019.

MINELLA, Luzinete Simões. **Gênero e Contraceção**: uma perspectiva Sociológica. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

SCAVONE, L. **Dar e cuidar da vida**: feminismo e Ciências Sociais. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SCOTT, Joan. **GÊNERO**: uma categoria útil para análise histórica. Disponível em: <<http://www.observe.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>> Acesso em: 04 de agosto de 2014.

SOBRE O ORGANIZADOR

CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES - é natural de Londrina, interior do Paraná. É Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e Tecnólogo em gestão de Turismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Com tripla Especialização na área de educação, sendo: Gestão Escolar (Instituto Superior do Litoral do Paraná); Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar (UFPR - Setor Litoral), e, Coordenação Pedagógica (UFPR). Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (com bolsa CAPES). Se aperfeiçoou em Gênero e Diversidade na Escola. Cursa mestrado em Gestão e Direção de Equipes, pela Escola Nacional de Negócios de Barcelona (ENEB). Atualmente é Servidor na Prefeitura Municipal de Paranaguá, exercendo a função de Coordenador Pedagógico, desenvolveu atividades na UFPR como Professor Formador e Tutor a Distância nos anos de 2015 e 2016 na Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, no ano de 2012 atuou como Professor no Instituto Federal do Paraná nos cursos de Organizador de Eventos e Monitor de Recreação. Participou de edições do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual e da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura. Tem apreço pelas artes homoeróticas e queer, em especial pelo cinema e literatura. Realiza pesquisas principalmente nas seguintes áreas: História da homossexualidade; Movimento LGBT; Turismo LGBT; Consumo LGBT e outras relacionadas a não-heterossexualidade.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aids 22, 23, 30, 62, 63, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 87

B

Boaventura de Sousa Santos 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35

C

Cidadania 29, 30, 63, 66, 78, 79, 82, 84, 97, 116, 125

Ciências 1, 11, 29, 31, 32, 35, 36, 58, 59, 67, 88, 94, 117, 122, 144, 147, 150, 153

Colonial 59, 65, 82, 88, 89, 91, 99, 107, 122, 146

Colonialidade 32, 33, 82, 86, 99, 141, 142, 143, 145, 146

Colonialismo 26, 29, 145

Constituição 1, 2, 9, 10, 20, 30, 41, 43, 49, 50, 51, 60, 76, 79, 82, 103, 115, 122, 124, 126, 136, 137, 145

Corpo 21, 61, 63, 65, 81, 88, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 101, 103, 104, 107, 109, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 130, 131, 134, 139

Cultura 16, 18, 24, 33, 56, 61, 69, 70, 72, 73, 78, 82, 85, 96, 97, 102, 104, 116, 119, 121, 126, 129, 138, 147, 148, 150, 151

D

Decolonial 76, 77, 86, 116, 141, 146

Democracia 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 25, 29, 30, 32, 35, 39, 42, 46, 51, 65

Democrático 3, 4, 5, 6, 7, 8, 29, 30, 39, 40, 41, 42, 43, 48

Direito 1, 7, 8, 10, 19, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 58, 59, 60, 63, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 92, 93, 100, 101, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 118, 122, 124, 125, 131, 144

Discriminação 55, 78, 79, 80, 83, 85, 91, 106, 108, 118, 121, 122, 124, 125, 126, 131

Diversidade 2, 26, 27, 65, 66, 76, 83, 85, 87, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 138, 139, 148, 153

E

Educação 16, 17, 23, 53, 56, 58, 70, 72, 73, 78, 80, 82, 83, 85, 88, 96, 97, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 146, 147, 148, 151, 152, 153

Epistemologia 25, 26, 27, 29, 33, 35

Escola 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 145, 153

Esfera pública 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 41

Estado 5, 6, 7, 8, 30, 32, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 48, 51, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 72, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 92, 98, 104, 106, 117, 122, 124, 125, 126, 127, 140

Exclusão 2, 9, 16, 29, 30, 36, 38, 39, 49, 55, 82, 106, 119, 121, 122, 125, 135, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 152

F

Foucault 13, 16, 20, 23, 25, 27, 28, 29, 34, 35, 55, 58, 116, 121, 127, 132, 133, 134, 135, 139

G

Gays 13, 17, 19, 23, 24, 77, 78, 83, 87, 118, 124

Gênero 12, 13, 23, 24, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 100, 104, 106, 109, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 153

H

Habermas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 40, 46, 51

Heteronormatividade 13, 17, 19, 124, 128, 136, 139

Heterossexuais 2, 19, 105, 136

Heterossexual 13, 90, 118, 122, 126

Heterossexualidade 19, 24, 119, 121, 126, 136, 139, 153

Hiv 22, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 87

Homofobia 2, 79, 80, 82, 87, 88, 92, 103, 104, 107, 109, 116, 139, 140

Homossexuais 22, 79, 80, 82, 101, 103, 104, 105, 106

Homossexual 88, 103, 106, 116, 122

Homossexualidade 13, 14, 15, 17, 78, 101, 105, 106, 131, 153

I

Identidade 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 65, 79, 81, 91, 104, 106, 118, 120, 121, 130, 134, 139, 140, 144, 145, 149

J

Jurídico 26, 27, 29, 30, 37, 39, 40, 41, 42, 47, 49

L

Lesbianidades 12, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 23

Lésbicas 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 77, 78, 83, 87, 101, 118, 124

LGBT 1, 2, 3, 9, 10, 16, 17, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 100, 101, 102, 104, 106, 107, 109, 114, 118, 119, 121, 122, 125, 126, 153

M

Masculino 13, 19, 20, 53, 56, 57, 69, 70, 71, 74, 120, 136, 142, 143, 144, 145, 149, 151
Minorias 1, 2, 3, 9, 10, 36, 78, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 116

N

Negra 52, 54, 60, 64, 65, 108
Negro 55, 60, 65, 81

P

Poder 2, 5, 7, 8, 9, 10, 21, 28, 30, 31, 35, 41, 43, 48, 49, 50, 55, 58, 65, 84, 85, 89, 94, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 104, 110, 111, 113, 114, 115, 120, 121, 129, 130, 132, 135, 141, 142, 143, 145, 146, 147
Política 3, 4, 5, 6, 8, 11, 19, 20, 24, 25, 27, 29, 31, 33, 34, 39, 42, 49, 60, 61, 62, 74, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 93, 99, 100, 108, 110, 125, 136, 139, 146, 147, 150, 151
Política pública 60, 61, 150
Preconceito 55, 75, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 89, 98, 99, 100, 103, 109, 113, 114, 121, 124, 126, 137, 148, 151
Princípio da proporcionalidade 36, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51
Prostituição 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24

R

Raça 35, 52, 54, 60, 64, 66, 76, 81, 91, 93, 95, 101, 105, 106, 120, 130, 132, 143, 145, 150
Racismo 19, 53, 55, 57, 64, 82, 93, 108, 116

S

Saúde 17, 22, 23, 24, 53, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 106, 117, 124, 150
Sexual 12, 13, 14, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 96, 100, 103, 105, 108, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 134, 136, 138, 139, 153
Sexualidade 12, 20, 23, 24, 52, 54, 56, 60, 61, 62, 63, 66, 76, 78, 80, 82, 83, 86, 87, 99, 101, 104, 106, 109, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 145, 149, 152
Sociedade 2, 5, 6, 7, 10, 13, 20, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 38, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 64, 68, 69, 74, 75, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 109, 114, 115, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 132, 134, 136, 142, 143, 145, 147, 151

T

Trans 34, 76, 77, 78, 82, 83, 85, 86, 127, 144, 148, 149, 151

Travestis 16, 17, 19, 23, 24, 77, 78, 82, 84, 86, 87, 118, 126

V

Violência 16, 17, 18, 21, 23, 48, 49, 78, 79, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 91, 95, 100, 104, 108, 109, 115, 116, 118, 119, 124, 125, 126

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-744-4



9 788572 477444